



DOAÇÃO DE SANGUE E PLASMA NA SAÚDE PÚBLICA



É a primeira vez, desde 1988, que o Brasil discute mudanças na Constituição Federal sobre a proibição e comercialização de órgãos e tecidos humanos, incluindo o sangue e o plasma.

A PRIORIDADE DO GOVERNO FEDERAL É O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO

A doação voluntária de sangue no Brasil, na mesma lógica da doação de órgãos para transplantes, garante **acesso igualitário para a população** – seja pacientes do SUS ou rede privada – e **rigorosa segurança para as transfusões**.

É preciso proteger a população e **ter clareza quanto aos possíveis impactos negativos** da permissão de incentivos financeiros ou compensações na coleta de sangue ou plasma, bem como das mudanças nas doações voluntárias. Isso **desestruturaria a política nacional de sangue**, referência mundial pela sua excelência e capacidade de atender a todos os brasileiros.

O SUS garante medicamentos hemoderivados a 100% de seus pacientes.



RISCOS DA COMERCIALIZAÇÃO DE PLASMA PARA A SAÚDE PÚBLICA

1

A comercialização do plasma pode trazer de volta o cenário vivido na década de 1980, quando pessoas mais pobres vendiam sangue por valores irrisórios e com controles precários em relação a contaminação de doenças, como HIV e hepatites.

2

A prática de coleta exclusiva de plasma através de maquinário específico (plasmaferese) pode afetar as doações de sangue, com **potencial de reduzir os estoques nacionais e a produção de outros hemocomponentes**, prejudicando a assistência à população.



3

Atualmente, o plasma doado no país atende exclusivamente a população brasileira e retorna a ela em medicamentos. A **possível exportação do plasma brasileiro** deixa os medicamentos hemoderivados, que são produtos de alto custo, sujeitos a oscilações do mercado.

Este cenário **afeta diretamente o acesso ao tratamento de pessoas com hemofilia e outros problemas de coagulação sanguínea** que requerem estabilidade no seu fornecimento.

4

Quanto maior a dependência externa, mais vulnerável o Brasil ficará diante de catástrofes ou emergências. Por isso, o caminho para a autossuficiência é o fortalecimento dos investimentos no país e na Hemobrás.

É preciso atuar com responsabilidade para **evitar o desmantelamento do setor e o aumento da insegurança jurídica**.

A Hemobrás é a única empresa farmacêutica reconhecida como estratégica para a defesa nacional. Com a evolução da sua infraestrutura o Brasil vem reduzindo a dependência de outros países por hemoderivados.

A previsão é que, a partir de 2025, a Hemobrás passe a produzir e processar 80% dos hemoderivados ofertados pelo SUS.



POSSÍVEIS CAMINHOS PARA A MAIOR PARTICIPAÇÃO DA INICIATIVA PRIVADA

A maior participação das empresas, a partir de negociação no texto da PEC 10/2022, deve ocorrer sob regulação do Poder Público e **limitada à logística e produção**, tendo em vista o **atendimento prioritário às necessidades do SUS**.

As empresas podem contribuir para aumentar a capacidade e promover o desenvolvimento do setor no Brasil, com geração de emprego e renda, sem ferir o interesse público e a autonomia nacional.

